

ESTUDO DE CASO

Comunidade Quilombola Kalunga

“Aqui nosso maior problema hoje é a regularização da terra. Eu acho que a desapropriação total, a retirada dos fazendeiros do nosso território, não vai acontecer totalmente nunca” (Raquel Ferreira, moradora da comunidade Engenho II do Território Kalunga).

Localização



A comunidade Quilombola Kalunga está localizada no Brasil, na região nordeste do estado de Goiás. A área do Quilombo se estende pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros. Os municípios ficam a uma altitude média de 800 metros do nível do mar, ultrapassando em alguns pontos os 1600 metros. Esta região também abriga o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, considerado patrimônio natural mundial protegido por lei (Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto) (1). Ocupando a maior área de cerrado preservado

do Brasil apresenta um dos maiores índices de biodiversidade do planeta. É um importante centro dispersor de água com grande número de nascentes e cachoeiras. O principal curso de água da região é o rio Preto, um afluente do rio Tocantins. O clima predominante no cerrado é o tropical sazonal com inverno seco. A estação chuvosa é compreendida entre outubro e abril, sendo dezembro e janeiro os meses mais chuvosos.

O Quilombo Kalunga é o maior quilombo do Brasil, estendido ao longo de 253.000 hectares e é constituído por 56 comunidades (2).

Classificação do caso

O Quilombo Kalunga é uma terra coletiva, reconhecida pelo estado e em processo de regularização fundiária. As terras que compõem o território quilombola foram ocupadas há centenas de anos por africanos que fugiram da escravidão e acabaram se misturando à população indígena que já habitava o local. Desta forma nasceu uma comunidade fortemente marcada por estas duas culturas e que conseguiu manter-se isolada até por volta de 1970.

Isolados por três séculos

Na região norte e nordeste de Goiás se formaram vários quilombos entre os séculos 18 e 19. Em sua maior parte eram escravos fugitivos das minas de ouro que abundavam nas redondezas. Estes formaram comunidades autossuficientes que permaneceram isoladas por muito tempo em regiões remotas e de difícil acesso. Os quilombos registrados na região foram os de Acaba Vida, Muquém e Papuã (Niquelândia, GO), Forte (São João d'Aliança, GO), Mesquita (Luziânia, GO), Pilar (Goiás) e Kalunga (Cavalcante, Teresina e Monte Alegre). O estado de Goiás ainda teve outros quilombos, sendo que o Quilombo do Cedro, em Mineiros, oeste do estado, existe ainda hoje e também foi reconhecido como território quilombola.

O Quilombo Kalunga foi o maior e mais importante da região. Aos habitantes foi dado o nome de Kalunga ou Calunga, que na língua banto - uma das diversas línguas africanas que eram faladas pelos negros trazidos na diáspora, principalmente de Angola, Congo e Moçambique - significa lugar sagrado e de proteção.

A formação do Quilombo remonta ao início do século 18. Em 1722, com a ocupação das terras do planalto central e a criação do estado de Goiás por bandeirantes descendentes de Portugueses, em pleno ciclo de ouro e da garimpagem, começaram a ser trazidos para o estado de Goiás milhares de escravos negros provenientes da costa da África Ocidental para servir de mão de obra na mineração. O trabalho árduo e a violência a que eram submetidos gerava constante resistência, revoltas e fugas para locais de difícil acesso, como fundos de vale, serras e morros, onde os que conseguiam escapar se organizavam em locais que foram chamados de Quilombos.

Uma vez fugidos, nos Quilombos, os escravos se abrigavam para se defender da escravidão, resgatar a cosmovisão africana e os laços familiares perdidos. Assim iniciou-se a formação dos quilombos no município de Cavalcante, onde encontraram o local com todas as condições necessárias para o estabelecimento da comunidade.

“O povo Kalunga tinha ali um território com clima, fauna e flora apropriado e retirava quase tudo que precisavam da natureza.” (Dona Lereci, Kalunga, moradora de Cavalcante e da comunidade Engenho II).

Na década de 1980, a pesquisadora Mari de Nasaré Baiocchi, da Universidade Federal de Goiás, mapeou quase toda a região onde habitava o povo Kalunga e o seu modo de vida. A partir deste momento começou a movimentação pelo reconhecimento da comunidade como território tradicional. A área foi reconhecida em 1991 pelo Governo do Estado de Goiás como sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga, que também é reconhecido como parte do patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Distribuição da comunidade ao longo do território

Segundo a Fundação Cultural Palmares (3), em fevereiro de 2014 havia 2.746 comunidades quilombolas certificadas, mas apenas 217 tituladas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (4). O Quilombo Kalunga é uma das comunidades já certificadas e se encontra atualmente em processo de regularização fundiária. O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga ocupa 253 mil hectares já certificados, dos quais 31 mil já foram titulados e entregues à Associação Quilombo Kalunga, em 2014. De acordo com a última contagem populacional, 8.000 quilombolas residiam no território Kalunga. A ocupação do território é coletiva e familiar.

Vilmar Souza, presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK) explica: *“No seio deste povo, a propriedade da terra pertence em primeiro lugar ao coletivo que o constitui. Esta vem sendo passada de geração em geração. A cada família ou indivíduo que faz parte do povo é cedido um pedaço de terra e o direito à sua utilização. Por norma será dado a estes o direito de ocupação e utilização da terra de seus antepassados.”* E refere ainda que: *“Neste momento, apenas 31. 000 hectares de terra estão oficialmente nas mãos da Associação Quilombo Kalunga”.*

Muitas terras dos Kalunga ainda estão em posse de fazendeiros que se recusam a deixar as terras em benefício dos seus ocupantes ancestrais, se aproveitando da demora dos processos de desapropriação.

A maior parte da ocupação ilegal do território Kalunga ocorreu por volta da década de 70. Segundo Edmar dos Santos Rosa, moradora da comunidade Engenho II, eles chegavam pedindo para armar pequenos acampamentos para pescar e caçar. Assim, sem conflito, estes passaram a ocupar território Kalunga. A partir daí, levantavam cercas e declaravam ter propriedade dos territórios, alargando posteriormente a sua área de propriedade através deste método de invasão. Segundo relatos dos próprios quilombolas, muitos dos supostos proprietários que hoje ocupam o território ancestral Kalunga chegaram ali oferecendo alimentos e troca de benefícios para alguns dos moradores da região.

Atualmente, com toda a terra já certificada e em fase de desapropriação pelo INCRA ainda é comum a existência de conflitos pelo uso da terra. Muitos fazendeiros se recusam a abandonar o local, que em muitos casos, são as terras férteis que servem para cultivar as roças de subsistência da comunidade.



Casa destruída pelo fazendeiro. Foto de Vilmar Souza Costa, 2015.

Recentemente na comunidade Kalunga Engenho II, um fazendeiro derrubou a cerca que marcava a roça coletiva e a casa de um indivíduo Kalunga. Toda a roça da família ficava guardada nesta casa de palha e ficou desabrigada. Este tipo de conflito tem ocorrido nos últimos anos porque alguns fazendeiros se recusam a deixar o local.

Na comunidade Kalunga, o acesso a infraestruturas como estradas, água, eletricidade e comunicações, é extremamente precário, apesar de apresentar algumas melhorias em relação ao passado. Apenas 5% da população Kalunga que vive em área rural tem acesso a eletricidade. A comunidade do Engenho II é a única com acesso a este benefício no município de Cavalcante. Várias comunidades não têm permanente acesso a água para beber, pois os rios secam com a falta de chuva. No período das secas, as famílias precisam percorrer distâncias superiores a 6 km para ter acesso a água.

As estradas que dão acesso às várias comunidades são estradas de chão, ficando muitas delas inutilizáveis em períodos de chuva forte, deixando-os completamente isolados por vários dias. Na maior parte das comunidades, o acesso somente é possível com veículos com tração nas quatro rodas. O sinal de telefone chega apenas nas comunidades que têm uma antena para recebê-lo.

O grau de isolamento de algumas comunidades é profundo devido a estes problemas, mas também deve-se considerar que os Kalunga construíram um modo de vida baseado na subsistência, não necessitando – tradicionalmente - de estabelecer contato diário com o exterior.

A comunidade, no entanto, está exigindo celeridade no processo de titulação das terras, para que os conflitos com os alegados proprietários das terras possa ser resolvido e que se possa avançar pouco a pouco com soluções específicas para estas comunidades.

Características demográficas e culturais da população

Atualmente vivem na comunidade de Vão de Almas 215 famílias, cerca de 1.075 pessoas. No Vão do Moleque: 390 famílias, 1.950 pessoas. No Engenho II : 125 famílias, 625 pessoas. Totalizando 3.650 pessoas somente na área rural do município de Cavalcante – Goiás. Já na cidade, a estimativa é que cerca de 2.000 pessoas residam no local, totalizando 5.650 mil Kalungas no município de Cavalcante. Os outros

Kalunga estão divididos entre os municípios de Monte Alegre e Teresina. Estima-se que no Quilombo tenha cerca de 9 a 11 mil pessoas, segundo relatos do Presidente da Associação.



Família Kalunga

Segundo o estudo Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas, publicado em 2013 pelo Governo Federal, 51,2% são homens e 48,8% mulheres no povo Kalunga. A população entre 15 e 64 anos compreende 51,3% da população e

80% das residências são habitadas por mais de cinco pessoas. A taxa de escolaridade é baixa, sendo que 91% da população possui, no máximo, o ensino fundamental. Nesta pesquisa, que englobou 768 casas de família, sete chefes de família se declararam como indígenas e outros como negros. Destes, 20% afirmaram estar trabalhando com outra atividade além da agricultura, 3% deles com carteira assinada. Grande parte da população é atendida por programas sociais do governo, sendo que 69,7% delas fazem parte do Cadastro Único de Programas Sociais, como os quais têm benefícios para que os filhos se mantenham na escola, por exemplo. A renda per capita é baixa, apresentando os seguintes percentuais: 40,6% das pessoas vivem com até R\$ 70 por mês; 16,7% têm renda entre R\$ 70 e R\$ 140; 14,4% entre R\$ 140 e R\$ 255; 13,3% entre R\$ 255 e R\$ 510 e 14,7% ganham mais de R\$ 510. Vale ressaltar que estes valores são exteriores à comunidade e ao modo de vida tradicional Kalunga. A comunidade produz quase toda sua alimentação e tem uma economia baseada na troca, não no trabalho assalariado e compra de produtos. Este tipo de relação econômica e social ainda está penetrando com certa demora entre os Kalunga, em parte pelo pouco contato com o exterior e também por resistência do próprio povo.

As casas tradicionais da comunidade Kalunga eram todas construídas de palha, pau a pique e adobe, tudo retirado da natureza ao seu redor. Eram todas amarradas de embira, corda retirada da própria madeira. Por serem feitas destes materiais eram muito expostas a vários tipos de insetos, o que causava muitas mortes por chagas e malária. Hoje 54% das casas já possuem cobertura de telha; 53% das

moradias ainda são construídas da forma tradicional, de barro ou argila; 60% ainda tem piso de chão; 58,3% não possuem banheiro e 62% não possuem água encanada. O abastecimento de



casa de adobe e palha



casa de madeira e palha

água é, em sua maior parte, realizado através de cisternas, rios, nascentes e igarapés da região.

As políticas públicas ainda são muito deficientes. Apenas 3,6% dos moradores receberam recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.

A religiosidade é a forma de organização predominante do povo Kalunga. “*Se deixamos nossas tradições, nossas festas, nossas danças, nosso modo de vida, deixamos de ser Kalunga*” – explica Lereci dos Santos Rosa.

É nas festas onde os santos são louvados que o povo se organiza e festeja sua identidade. As festas, assim como a religiosidade, expressam o sincretismo entre o catolicismo e as influências africanas. Há as festas de Império – que remontam aos impérios africanos, deixados no outro continente – e romarias, que se ligam às tradições católicas. Em todas as festas são louvados santos católicos e também figuras que relembram os orixás africanos. As festas também servem como ritos para celebrar as colheitas e como ritos de iniciação (namoro) e passagem (casamento). A maioria das pessoas se declara como católicas e apreciam as festas. Nestas festas, também são tradicionais as danças como a sussa (dança típica Kalunga), o batuque, catiras e o forró.

As manifestações culturais Kalunga são representadas pelas rezas, folias e festas, que foram transmitidas de geração por geração pelos seus ancestrais, por meio da oralidade que se mantém ainda hoje nas comunidades. Essas festas são de devoção aos santos e representam a fé e a cura dos enfermos em cada localidade.



Dança da sussa.



Festa do Imperio Kalunga.

Outro fator culturalmente relevante na história Kalunga é a influência dos povos indígenas que habitavam a região no momento da chegada dos primeiros Kalungas. A região abrigava já diversos povos indígenas que fugiram de seus territórios com a chegada de colonizadores, como as tribos Avá-Conoeiro, Acraó, Kraô, Capepuxi, Xacriabá, Kaiapó e Karajá. Ao longo dos tempos a confiança entre estes povos e os Kalunga foi-se fortalecendo e deu-se um processo de miscigenação que foi totalmente integrado no desenvolvimento dos Kalunga. Dona Lereci relata que *“Sabemos que por ter tido muitas ligação e entrosamentos com os índios nós herdamos muitas coisas deles, como por exemplo: o modo de nos fazer as nossas roças, as moradias, a caça e pesca”*.

Nas áreas rurais, a juventude Kalunga parte muitas vezes para o exterior em busca de escolas de melhor qualidade e de uma conseqüente atividade geradora de renda que lhes permita viver um estilo de vida baseado no consumo em vez da subsistência que caracteriza a vida na comunidade. Com este abandono das camadas mais jovens, a maioria da população é composta por idosos, dificultando a transmissão da cultura às novas gerações.

No entanto, há um processo de fortalecimento da identidade Kalunga, através de vários projetos sociais do governo, de Organizações Não Governamentais e, principalmente, do trabalho da Associação Quilombo Kalunga. É importante citar que a regularização fundiária em processo faz com que os moradores do local passem a definir-se como Kalungas também para continuar com o domínio das terras ancestrais, assim afirma Vilmar Souza, presidente da Associação Quilombo Kalunga que:

“O que mudou muito também foi a aceitação das pessoas que antes não se assumiam como Quilombola. Os mais velhos tinha medo de voltar à escravidão e os jovens muitos deles era por causa dos preconceitos que eles sofria por se identificar como Kalunga. Hoje mudou muito, até quem não é quer ser”.

Em relação ao acesso à saúde, educação e outros serviços sociais, a comunidade ainda é pouco atendida. A única comunidade onde há energia elétrica e abastecimento de água por rede pública é a comunidade Engenho II, em Cavalcante. As outras comunidades, principalmente a comunidade de Vão de Almas ficam bastante isoladas, pois só é possível acessar várias partes do território Kalunga em carros com tração.

Na área da saúde a situação dos Kalunga é bastante precária, sendo a sua capacidade de acesso a meios de combate à doença muito inferior ao da maioria da população brasileira. Na comunidade do Engenho II, uma das mais próximas da cidade de Cavalcante-Goiás e com melhores acessos a bens materiais e infraestruturas, existe um centro de saúde que até ao ano de 2013 contava todos os dias com a presença de uma enfermeira, recebendo visita de um médico e um dentista num dos dias da semana. Neste momento a situação do posto de saúde é incerta não existindo um horário de funcionamento que seja cumprido regularmente. *“Nós ficamos muito tempo sem medico aqui no Engenho II. Aí veio um cubano pelo Mais Médicos, o programa do governo federal que leva os médicos pro interior do país. Todo mundo o adorava porque ele era simples, tratava a gente muito bem. Agora ele foi pra Cuba de férias, visitar a família e tem um medico branco. Ninguém gosta dele. A gente tá rezando para que o cubano volte logo porque este que tá aí não vem direto e não é amigo como o outro”*, relata Raquel Ferreira, guia de turismo na comunidade Engenho II.

Nas outras comunidades mais isoladas, o tratamento das doenças é ainda feito principalmente com recurso a medicinas tradicionais. É certo que as pessoas já procuram remédios para certas doenças, mas o acesso a estes nem sempre é fácil.

Relatos da população identificam como principais causas de morte ao longo dos anos a tuberculose, malária, chagas e mortes durante o parto.

Os conhecimentos sobre as ervas medicinais que foram até hoje preservados servem ainda hoje à população e são uma alternativa para curar certas doenças mais simples. Esta utilização leva as pessoas a não ter que sair das comunidades para curar as doenças mais comuns do dia a dia prevenindo a sobrelotação dos hospitais da região. *“Tem também os benzimentos, os trabalhos das parteiras e a ligação das pessoas com as tradições e curas, através das promessas que fazemos pedido aos nossos Santos, que são padroeiro e temos testemunhas das curas através das promessas.”* (SOUZA, 2013).

Ainda hoje há casos de doentes que, sem meios de transporte em algumas das comunidades, são transportados manualmente em redes até ao hospital ou centro de saúde mais próximo.

A primeira escola da comunidade de Vão do Moleque foi aberta em 1964. Essa escola foi fundada por um garimpeiro que não era da comunidade, um senhor chamado de Raimundinho Boca de fogo, relata Vilmar Souza Costa. Desde aí as comunidades conseguiram várias conquistas ao nível da educação. Atualmente, na comunidade de Vão de Almas existem oito escolas de nível fundamental I e uma de nível fundamental II. Porém, a situação ainda é difícil, várias das escolas ainda são feitas de palha e muitos dos alunos andam até 5 km para chegar à escola. Atualmente, há onze escolas em todo o território Kalunga.

Antes, para além de menos escolas, era muito raro encontrar professor com formação específica. Muitos jovens Kalungas também estão sendo atendidos pelo programa de educação superior governamental, que implementou cotas sociais para estudantes Quilombolas. Parte deles estuda num programa específico da Universidade de Brasília, a Licenciatura em Educação para o Campo. Assim, também se está formando uma nova geração de jovens Kalunga, que saíram de suas comunidades e retornaram com educação. Mas muitos jovens também deixaram a comunidade para viver na cidade, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de estudo e trabalho, segundo a guia de turismo Raquel Ferreira.

As relações sociais foram se modificando com o tempo, mas ainda estão profundamente enraizadas no povo Kalunga. Na comunidade, todos são parentes. Todos são tios, sobrinhos e primos. Há comunidades nas quais as casas foram construídas distantes uma da outra, mas na maioria delas, há um núcleo residencial que se localiza muito próximo. As relações de vizinhança e parentesco se misturam. Os Kalunga viajam dias no lombo de seus cavalos e bois e a pé para participar das festas que ocorrem anualmente nas diversas comunidades. É o momento de reunião, de dança, de ver os parentes e estreitar os laços.

Historia da demanda pelas terras e estratégia de acesso

Dada a localização remota dos locais habitados pelos Kalunga, estes escaparam durante séculos do “*processo de apropriação territorial desigual e excludente, montado historicamente, em detrimento de grupos minoritários como é o caso das comunidades quilombolas do Brasil*” (ALMEIDA, 2015).

Durante cerca de três séculos os Kalunga viveram isolados, não havendo histórias de conflito ou de lutas pela propriedade das terras. As terras eram ocupadas e partilhadas considerando as necessidades de cada comunidade. O uso da terra e a economia eram de subsistência e em completa harmonia com a natureza.

“A gente vivia da caça e da pesca e da roça de toco, bem artesanal, coisa que herdamos dos índios. A gente aprendeu um pouco uns com os outros. A pesca e a caça eram o ponto forte para a gente sobreviver. Um produzia arroz, outro tinha feijão, outro tinha milho. Havia momentos de encontro nas comunidades, como o festejo das colheitas, então o pessoal trocava. O mais difícil era a questão do sal, era das coisas mais caras que tinha na comunidade. Tínhamos que sair para buscar na Bahia ou no Pará.”

Antes não tinha fazendeiro. Quando não havia estrada, quando estávamos isolados, a gente era mais liberto, mas só que também tinha dificuldades, principalmente na questão da doença”. (Vilmar Souza, morador do Engenho II e Presidente da Associação Quilombo Kalunga).

De acordo com as pesquisas realizadas por Mari de Nasaré Baiocchi, as terras dos Kalunga começaram a ser griladas em 1942, quando se iniciou a expansão para o norte do estado de Goiás. A grilagem teria se aprofundado na década de 60, após a mudança da capital para Brasília, que fica a cerca de 250km do território tradicional

Kalunga. Nas décadas posteriores, até 1990, mais de duas dezenas de mineradoras, empresas agrícola- pastoris e hidrelétricas também se apossaram de partes do território Kalunga.

“A comunidade Kalunga aqui ela não é muito de entrar em papo para briga. Já aconteceu alguns casos, mas nunca teve mortos. Mas já aconteceu alguns debates”, relata o presidente da Associação Quilombo Kalunga, Vilmar Souza Costa. As demandas dos Kalungas por seu território começam apenas em 1975, quase 30 anos depois do início do avanço da grilagem sobre o território ancestral. Neste ano, os Kalungas foram até o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), em Goiânia, para fazer o primeiro requerimento de propriedade das terras que eles habitavam. A demanda dos Kalunga pelo reconhecimento do seu direito à propriedade das terras e consequente proteção do seu patrimônio cultural baseava-se na ancestralidade da propriedade e na afirmação da importância de preservar e proteger as comunidades tradicionais do Brasil. Até então, a preocupação normativa para com a proteção de espaços territoriais quilombolas era inexistente.

Mas esta luta só vai tomar um maior peso com a chegada da pesquisadora Mari de Nasaré Baiocchi, na década de 80. Ela foi a primeira pessoa a percorrer toda a comunidade, mapeá-la e realizar um estudo aprofundado sobre os Kalungas. A conquista do reconhecimento do território, como espaço de direito se deu com o início do projeto Kalunga Povo da Terra, pela pesquisadora Mari de Nasaré Baiocchi entre 1983 e 1998, que se uniu à comunidade e começou um forte processo de pressão. Logo, conseguiram estabelecer uma parceria entre os Kalunga, os membros do projeto, autoridades municipais, estaduais e federais.

A luta legal pela posse do território Kalunga foi longa e continua ainda hoje. Houve várias reivindicações da comunidade, reuniões, seminários, investigações científicas que apoiaram e apoiam a luta do povo Kalunga. O processo pode ser resumido em quatro grandes ritos: em 1975 se dá início à demanda; em 1991, o governo estadual reconhece o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga; em 2000, a comunidade é reconhecida pela Fundação Palmares e em 2014, a primeira parcela de terras é entregue definitivamente à comunidade.

“Aqui nosso maior problema hoje é a regularização da terra. Eu acho que a desapropriação total, a retirada dos fazendeiros do nosso território, não vai acontecer totalmente nunca. Isso é uma enrolação só”, explica Raquel Ferreira. Hoje a regularização completa do território é a maior demanda do povo Kalunga.

Os Kalunga foram pioneiros em todo o país na luta pelo reconhecimento legal do território quilombola. Para fortalecer o processo de luta dentro do sítio histórico foi criada a associação Quilombo Kalunga, constituída na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica. Foi criada em 10 de outubro de 1999 com o fim de representar os direitos do povo Kalunga no sítio histórico e patrimônio cultural defendendo-o de quaisquer ameaças que visem deteriorar a sua condição. Atualmente, a AqK é responsável pela gestão do território e empreende iniciativas visando o benefício do povo da região.

Em 2000, o território tradicional Kalunga foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares. Logo depois, a Fundação Palmares perdeu a incumbência de reconhecer e titular terras quilombolas. De acordo com o Decreto Nº 4.887, de 2003, compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Cabe agora à Fundação Cultural Palmares a expedição de certidão de reconhecimento, primeiro passo para a garantia da terra.



Em 2014, o INCRA entregou 31 mil hectares de terra à Associação Quilombo Kalunga

Segundo o Incra, desde 2010 o órgão tem trabalhado na legalização desse território. Até agora, 17 imóveis foram ajuizados com ações desapropriatórias, correspondendo a 56 mil hectares. Com ele, as comunidades requerem o pedido de titulação para o Incra. Depois, tem início a fase de regularização fundiária, com retirada dos não quilombolas por desapropriação e indenização.

Em 30 de Junho de 2014 a Associação Quilombo Kalunga recebeu do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o contrato de concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), referente a 31 mil hectares do território tradicional onde vivem cerca de 600 famílias quilombolas Kalunga.

Linha do Tempo

<p>Primeiro pedido de reconhecimento da propriedade das terras no Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás- IDAGO.</p>		<p>A Lei transformando a região Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural é aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.</p>		<p>O território tradicional Kalunga é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares.</p>	
1975	1985	1991	1999	2000	2014
	<p>Primeira titulação e registro das terras pelo governo estadual.</p>		<p>Criação da Associação Quilombo Kalunga (AQK).</p>		<p>31.000 hectares de terra são finalmente desapropriados e repassados à Associação Quilombo Kalunga (AQK).</p>

Aspetos legais sobre o acesso e controle da terra

As comunidades denominadas quilombolas são grupos sociais cuja identidade étnica e cultural os distinguem no conjunto da sociedade. As comunidades remanescentes de quilombos são definidas legalmente pelo Decreto n.º 4.887/2003. *“Grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.*

Por mais de dois séculos estas comunidades formadas por antigos escravos, negros alforriados constituídas em quilombos buscam por seus direitos e pela garantia de seus territórios. Com a inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes de quilombos, esses grupos foram finalmente reconhecidos oficialmente pelo Estado e passaram a buscar de maneira mais efetiva seus direitos.



Área do território dos quilombos kalunga

Os Kalunga foram o primeiro grupo Quilombola do país a conseguir o reconhecimento estatal. Ainda em

1985, o governo de Goiás realizou a primeira titulação. O reconhecimento ao território também foi exposto na Constituição Federal do Brasil de 1988; em 1989, a Constituição do Estado de Goiás corroborou o procedimento, e também, em 21 de janeiro de 1991, na Lei Estadual n.11.409. Hoje, a Constituição Estadual de Goiás reconhece o direito da comunidade Kalunga ao seu território:

Art. 16 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

§ 1º - Lei complementar criará a reserva Calunga, localizada nos Municípios de Cavalcante e Monte Alegre, nos vãos das Serras da Contenda, das Almas e do Moleque.

§ 2º - A delimitação da reserva será feita, ouvida uma comissão composta de oito autoridades no assunto, sendo uma do movimento negro, duas da comunidade Calunga, duas do órgão de desenvolvimento agrário do Estado, uma da Universidade Católica de Goiás, uma da Universidade Federal de Goiás e uma do Comitê Calunga.

Ver Leis nºs 9.904, de 10.12.85, DO 26.12.85; 11.409, de 21.01.91; Lei Complementar nº 19, de 05.01.96, DO 10.01.96; e Decreto nº 4.781, de 11.04.97, DO 17.04.97.

(Constituição do Estado de Goiás, 1989).

O Território Kalunga na Atualidade: Organizações e Projetos

Hoje dentro do território Kalunga existem várias organizações e projetos que trabalham com o objetivo de melhorar as condições de vida desta população.

Associação de educação do Campo do território Kalunga e Comunidades Rurais (EPOTECAMPO): Foi fundada em 29 de julho de 2012 é uma pessoa coletiva, sem fins lucrativos, com o CNPJ, Nº:18.626.035/0001- 04, legalmente constituída, com sede em Cavalcante-Goiás, sendo que todo o seu trabalho é voltado especificadamente para a educação do campo. Promove a luta por novas políticas públicas para o povo camponês começando pelo acesso a mais e melhor educação. A EPOTECAMPO, vem fazendo ações em busca de conscientizar, apoiar e fortalecer as necessidades de acompanhamento das atividades dentro do sitio histórico com o objetivo de

minimizar a desigualdade entre o sujeito do campo e o da cidade. Na comunidade Kalunga as reuniões acontecem em alternância nos três município que abrange.

Associação Quilombo Kalunga (AQK): Esta associação foi criada em 1999 com a missão de defender e representar o povo Kalunga. É uma organização comunitária formada por moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, o maior território quilombo do Brasil. Conhecidos também como Associação Mãe, congregam as comunidades Kalungas dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, assim como outras associações menores. Esta associação é destinada a promover a defesa dos interesses de todos os quilombolas Kalunga, e representar sua comunidade em todas as instâncias legais e administrativas.



Associação Comunitária Kalunga Engenho II: Foi fundada em 16 de Fevereiro de 2009 com o objetivo de estar atuando nas questões internas da comunidade Engenho II. Tem o papel de estar reunindo as famílias para tratar de assuntos locais.

Existe ainda a Associação Kalunga de Guias que atua sobre as questões relacionadas com a atividades dos guias turísticos Kalunga.



Guía Kalunga

Gestão do território e expectativas econômicas, culturais e sociais

A gestão do território, considerando o retorno econômico para as comunidades é feita em torno da agricultura e do turismo. A agricultura para o povo Kalunga, tendo em conta que apenas 18% do seu território total é constituído por terras férteis, é uma agricultura de subsistência, gerando pouco excedente que permita a comercialização. Os produtos excedentes a nível local, antes de ser comercializados, são trocados entre os membros da comunidade de forma a que todos tenham acesso à variedade produzida.



Plantação de banana no quintal de Senhor Lió, comunidade Engenho II

A produção agrícola no território Kalunga é feita numa lógica sustentável de pequena escala, sem recurso a agrotóxicos ou outros produtos industriais. Cultiva-se muito utilizando uma técnica chamada de roça de toco, uma técnica de cultivo sustentável de origem indígena. Nestas roças produz-se arroz, feijão, mandioca, milho, abobora, batata doce, banana, cana, taioba, algodão, gergelim, amendoim, feijão andu, feijão de corda, quiabo,

maxixe, melancia, jiló, a maior parte com as sementes que foram passando de geração em geração. Muitas das roças encontram-se afastadas das

habitações devido à localização dos terrenos mais férteis nos locais chamados de boqueirões. Os boqueirões são as áreas alagadas, em volta das veredas. O território Kalunga está no cerrado brasileiro, no qual a terra é bastante seca. Porém, nas margens dos rios florescem árvores, vivem animais e as terras são mais férteis. Estes são os locais chamados de boqueirões pelos Kalunga e onde as famílias realizam suas plantações.

Os terrenos das roças normalmente são utilizados durante três ou quatro anos, tempo depois do qual a terra é deixada para repousar durante outros seis a oito anos, até que o mato volte a reequilibrar os níveis de nutrientes na terra. A comunidade Kalunga tem investido em meios para melhorar a sua capacidade de processamento local dos produtos da agricultura, acrescentando assim valor aos produtos que a terra lhes concede. Neste contexto a comunidade tem aumentado a produção de sub-

produtos derivados de frutos do cerrado como é o caso dos doces, as conservas e os cosméticos naturais.

É comum existirem à volta das casas pequenos quintais que dão pouca produção, como cana, milho e mandioca, e animais que são criados soltos. A criação de gado na comunidade já foi maior que atualmente. Segundo Vilmar Souza, em 2008 o rebanho era de aproximadamente 14.000 mil cabeças, enquanto que em 2012 consta no registo um rebanho de 9.000 cabeças de gado.

As Novas tecnologias na Comunidade Kalunga



Interior da casa digital

A Casa Digital Kalunga Engenho II foi implantada pelo Programa de Inclusão Digital do Ministério do Desenvolvimento Agrário com parceria com a UNB- FUP juntamente com os estudantes da LedoC (Licenciatura em Educação do Campo). Há dez computadores, um servidor, conexão de internet via antena GESAC e uma impressora multifuncional para atender cerca de 130 jovens e adultos da comunidade Kalunga, com a realização de cursos de informática,

das 7h às 9h e das 13h às 15h, e acesso livre à internet nos demais períodos.

Ecoturismo na Comunidade Kalunga

O município de Cavalcante possui mais de 120 cachoeiras catalogadas, belos mirantes, cavernas e um grande potencial para o turismo de aventura. Muitas dessas belezas naturais estão ainda intactas e não estão acessíveis às pessoas que chegam de fora. A maioria destas riquezas naturais está dentro do território Kalunga. Os principais atrativos do município são a cachoeira Santa Bárbara, Prata e Capivara, de fácil acesso desde a cidade de Cavalcante-Goiás.



O ecoturismo é uma importante atividade para a comunidade atualmente

A exploração do turismo de uma forma sustentável, respeitadora dos equilíbrios do meio ambiente, pela comunidade Kalunga tem um grande potencial, quer seja pela dimensão do seu território, pelas belezas naturais já citadas, quer pela identidade e preservação da sua cultura. Atualmente, a comunidade Engenho II está bem preparada para receber turistas, pois já possui uma rede organizada de estabelecimentos: restaurantes, ponto de apoio ao turista, loja de produtos locais, meios de comunicação, hospedagens, e uma equipe de guias e condutores capacitados.

“O turismo aqui começou há 10 anos. Nossa comunidade está bem organizada. Somos 40 guias que se revezam trabalhando. A gente não trabalha todo dia, trabalha quando dá, quando pode porque a maior parte dos guias tem suas roças para cuidar. Toda a comunidade é beneficiada com o turismo. Quem não é guia tem restaurante ou camping, e todos podem vender o que produzimos na comunidade na lojinha do Centro de Atendimento ao Turista”, explica Raquel Ferreira, guia de turismo Kalunga do Engenho II.

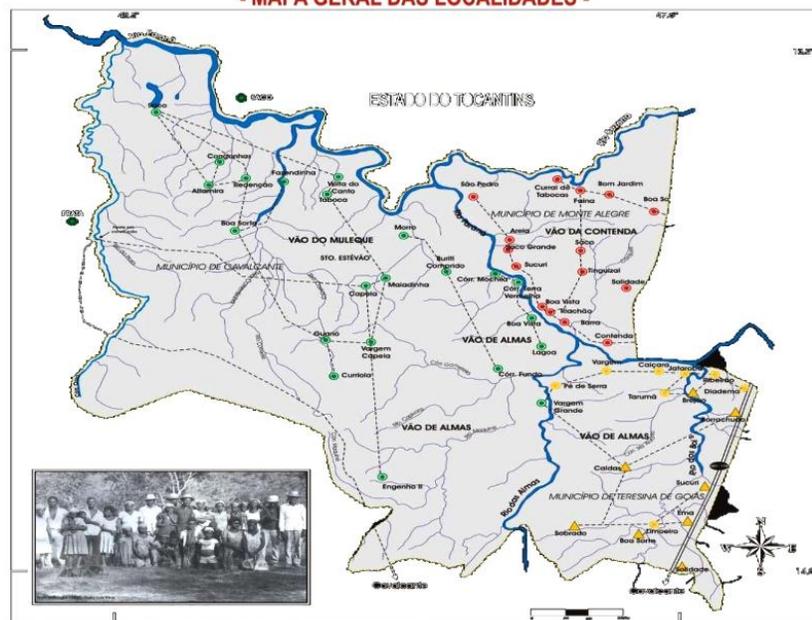
O significativo aumento de trânsito de pessoas não-Kalunga dentro do território, consequência do gradual desenvolvimento da atividade turística, teve um impacto nas dinâmicas e rotinas da comunidade. Por um lado, a cultura e identidade Kalunga ganham visibilidade, parte importante no processo de reconhecimento geral da sua importância como património histórico vivo. Por outro lado, este aumento de afluência, na ausência de um plano de ordenação do território tendo em conta a sua exploração turística, levanta dúvidas no que diz respeito à solidificação de um modelo de exploração desta atividade numa lógica que promova o bem-estar, a auto-gestão e a busca de uma emancipação econômica, laboral e política destas comunidades. Há

também a pressão de empresas para explorar o turismo na região, o que vem sendo negado pela comunidade. Até o momento, em território Kalunga, apenas os próprios Kalungas estão autorizados a explorar o turismo.

Neste momento a comunidade Engenho II possui aproximadamente 20 famílias que atuam diretamente nas atividades de turismo, maioritariamente atuando como guias. Considerando todas as comunidades Kalunga são cerca de 80 as famílias envolvidas em atividades ligadas ao turismo.

Mapa: Fonte: ARAÚJO, Rafael Sânzio. Projeto Cartográfico – Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográficas da Universidade de Brasília. Fonte: BAIOCCHI, Mari de Nazaré, Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Brasília: Ministério da Justiça, UNESCO 1999.

**SÍTIO HISTÓRICO E CULTURAL DO REMANESCENTE DE QUILOMBO KALUNGA - GO.
- MAPA GERAL DAS LOCALIDADES -**



LEGENDA

	LOCALIDADE QUILOMBOLA NO VÃO DO MULEQUE		RIO / CÓRREGO / RIBEIRÃO		FAZENDA
	LOCALIDADE QUILOMBOLA NO VÃO DAS CONTENDAS		RODOVIA ESTADUAL		LIMITE DA ÁREA DO SÍTIO HISTÓRICO DA COMUNIDADE KALUNGA
	LOCALIDADE QUILOMBOLA NO VÃO DAS ALMAS		ESTRADA DE CHÃO / ACESSO		

Notas

1. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi criado em 1961 e abrange 65.514 ha do bioma Cerrado, entre os municípios de Alto Paraíso, Cavalcante e Colinas do Sul. Foi declarado Patrimônio Mundial Natural em 2001 pela UNESCO e abriga paisagens exuberantes.

2. Há poucos relatos sobre a quantidade efetiva das comunidades do Quilombo Kalunga. Um mapeamento realizado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás aponta 56 comunidades, porém o Presidente da Associação Quilombo Kalunga apenas 26 apresentam um maior número populacional. Fonte: http://www.ucg.br/puc/fundacoes/aroeira/home/secao.asp?id_secao=345&id_unidade=1

3. A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma instituição pública, criada pelo Governo Federal em 1988, voltada para a promoção e preservação a arte e da cultura afro-brasileira. A entidade é vinculada ao Ministério da Cultura. Até hoje, a FCP emitiu 2.746 certificações de comunidades quilombolas no país.

4. As comunidades Quilombolas passam por um longo processo para que sejam reconhecidas pelo Estado. Primeiro é preciso um estudo antropológico minucioso para que a Fundação Cultural Palmares possa emitir a certificação e delimitar o espaço territorial do quilombo. Após esta etapa, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária inicia o processo de desapropriação das terras que estão indevidamente ocupadas por pessoas não quilombolas e emite o Contrato de Concessão de Uso à comunidade. Este contrato é comunitário, ou seja, as terras não podem ser vendidas nem apropriadas individualmente por nenhum quilombola.

5. Grilo é a usurpação ilegal de terras ocupadas por posseiros ou proprietários que não podem se defender.

Indicações bibliográficas para ampliar as informações

SOUZA, Vilmar. **A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga** / Vilmar Souza Costa. – Universidade de Brasília; Licenciatura em Educação do Campo, 2013. 75p.

GOMES, Ana Claudia. **Caracterização Socioeconômica E Cultural Da Comunidade Quilombola Kalunga De Cavalcante, Goiás, Brasil: Dados Preliminares**, IX Simpósio nacional Cerrado, **2008**. 8p.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **O território e a comunidade Kalunga: Quilombolas em diversos olhares** / Maria Geralda de Almeida – Universidade Federal de Goiás, **2015**. 329p.

AGUIAR, Vinicius Gomes de. **Sítio Histórico Kalunga (GO): Relevo E Sua Relação Com O Uso E A Ocupação Das Terras** / Vinicius Gomes de Aguiar - XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, **2011**. 11p.

BAIOCHHI, Mari de Nasaré. **Kalunga – A sagrada terra**. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 19-20, n.1, p.107-120, jan-dez, 1995-1996.

Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. **Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas**. Outubro de 2013.

Vídeos relacionados:

TV NBR visita a comunidade Kalunga, o maior quilombo remanescente do país

<https://www.youtube.com/watch?v=VZF0gK0il-M>

Créditos:

Agradecimentos especiais:

Vilmar Souza Costa – Presidente da Associação Quilombo Kalunga

Raquel Ferreira - Guia Turística Kalunga

Lereci dos Santos Rosa – Proprietária de restaurante na comunidade Engenho II, Comunidade Kalunga Engenho II.

Entrevistas e sistematização de Ana Lúcia Nunes e Miguel Colaço

Fotos e vídeo de Ana Lúcia Nunes e Miguel Colaço